

LIVROS

HISTÓRIA DE RAÇA

ANTROPÓLOGOS BRASILENSES LANÇAM LIVRO QUE REVELA TODA A HISTÓRIA DA BATALHA DOS REMANESCENTES DO QUILOMBO DO RIO DAS RÃS PARA CONSEGUIREM A POSSE DE TERRAS LEGALMENTE DESTINADAS A ELES.

Marcos Savini
 Da equipe do Correio

O lançamento do livro *O Quilombo do Rio das Rãs*, hoje no Café Belas Artes, será mais que uma noite de autógrafos. Será também um manifesto político de protesto contra a morosidade do processo de titulação das terras desta comunidade de descendentes de quilombolas, localizada às margens do Rio São Francisco, a 60 Km ao sul do município baiano de Bom Jesus da Lapa.

O livro é uma reelaboração do laudo pericial antropológico apresentado à Procuradoria Geral da República em nome da Associação Agropastoril e Quilombola do Rio das Rãs. Os autores são os antropólogos José Jorge de Carvalho, Siglia Zambrotti Doria e Adolfo Neves de Oliveira Jr., todos da Universidade de Brasília. As imagens colocadas ao final do texto incluem fotos de Carlos Moura, fotógrafo do Correio Brasileiro.

No laudo que deu origem ao livro, os antropólogos traçaram uma minuciosa pesquisa histórica e social da ocupação da comunidade negra. Comprovaram também a fraude da cadeia nominal apresentada pelo fazendeiro que se dizia dono das terras, cerca de 27 mil hectares em pleno sertão baiano.

Com base no laudo antropológico, a Procuradoria propôs uma ação pública contra a União Federal, comprovando a legitimidade da ocupação das terras pela comunidade do Rio das Rãs. Apesar da perícia tomar o fazendeiro Carlos Bonfim por um mero invasor de terras, a União indenizou-o no dia 14 deste mês com R\$ 8 milhões pela desapropriação de terras onde serão demarcadas a área dos descendentes dos quilombolas do Rio das Rãs.

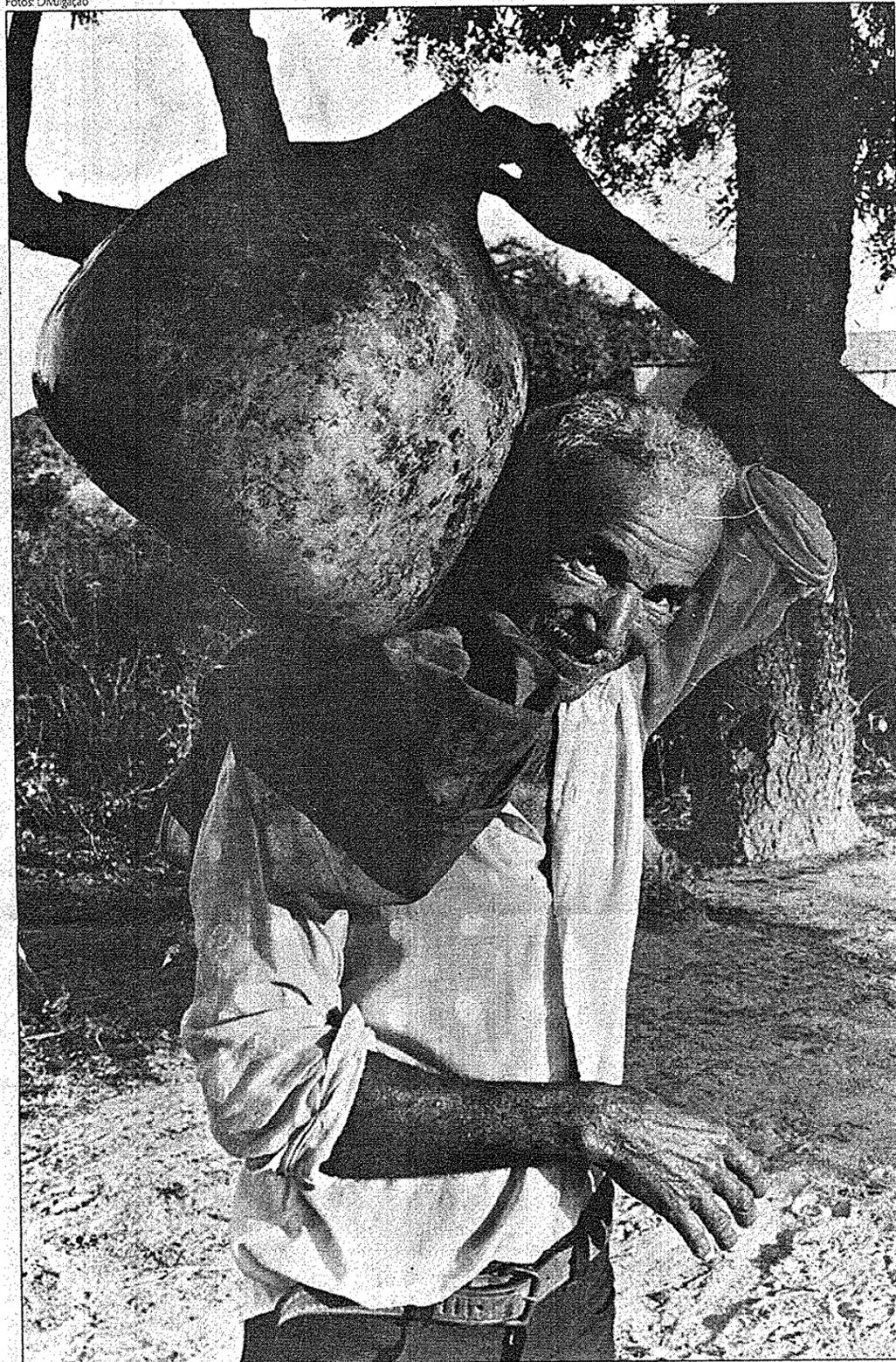
Apesar da indenização já ter sido aprovada, a titulação das terras do Rio das Rãs em nome da comunidade negra está em tramitação desde agosto. "O Estado indeniza um grileiro, mas demora a legalizar a terra para seus legítimos donos", protesta o antropólogo José Jorge de Carvalho, para quem o governo de Fernando Henrique Cardoso está "pior que o dos militares" no trato das minorias.

INVISIBILIDADE

Nos últimos anos, várias comunidades de descendentes de quilombolas já abriram processos para conseguir a posse das terras onde vivem. O direito de propriedade foi garantido pelo dispositivo temporário nº 68 da Constituição de 1988, mas até hoje nenhuma comunidade foi beneficiada. A população negra do Rio das Rãs é a que está mais próxima à titulação definitiva.

Em nenhum país da América Latina o reconhecimento das comunidades

Fotos: Divulgação



Um dos moradores do Quilombo do Rio das Rãs, localizado na Bahia, em foto tirada pelo fotógrafo Carlos Moura, em 1992

negras pelo Estado está tão atrasada como no Brasil. Esta constatação está presente na primeira parte do livro, onde José Jorge de Carvalho conta a história dos acordos já realizados entre populações descendentes de ex-

escravos e os governos de países como Suriname, Jamaica ou Colômbia.

Ao contrário do que aconteceu na maioria dos países do continente, as comunidades negras brasileiras jamais realizaram tentativas de acordo

com o governo central. No Suriname, elas chegaram a fundar nações semi-autônomas na selva amazônica. Na Jamaica, os *maroons* descendentes de escravos fundaram povoados com organização política pró-

pria e terra ocupada de forma comunal. No Brasil, a experiência quilombola está não só pulverizada como, com exceção da história de Palmares, praticamente desconhecida. "Os negros brasileiros adotaram a estratégia da invisibilidade como forma de sobrevivência. Quem iria querer ser visível frente a um Estado que não quer te reconhecer?", pergunta José Jorge de Carvalho.

A estratégia de sobrevivência dos negros do Rio das Rãs está relatada na segunda parte do livro, uma etnografia da comunidade escrita por Siglia Zambrotti Doria e José Jorge de Carvalho. A pesquisa inclui desde a história da ocupação da região por quilombolas, passando pelo culto da Jurema e dos caboclos, até as atuais lutas jurídicas pela posse da terra. "Nossos ensaios recolocam o panorama da vasta tradição quilombola em todo país", afirma José Jorge.

TOLERÂNCIA

Segundo o antropólogo, o imaginário das comunidades negras do Brasil possui uma diferença marcante em relação à história dos escravos de outros países, especialmente os norte-americanos: "O que a gente constata entre os descendentes de quilombolas brasileiros é que eles têm uma tradição fundada em ideais de fraternidade e igualdade. A identidade deles não é baseada no ódio e na segregação. Para os *marrons* da Jamaica ou Suriname, o branco nunca será confiável. Mas para os brasileiros, não existe um inimigo branco genérico".

No Brasil, os quilombos foram também espaço de liberdade e miscigenação para índios e brancos. "Isso está simbolizado na Jurema, figura cabocla que é considerada o ideal máximo de vida de comunidades como a do Rio das Rãs", explica José Jorge de Carvalho.

É este singular espírito de tolerância racial das comunidades negras brasileiras que, na opinião do antropólogo da UnB, fazem discursos pela unidade negra, como o de Jesse Jackson em sua visita ao país, soarem fora de lugar no Brasil: "Até certo ponto este tipo de chamado é importante como criação de um espaço de autoestima. Mas o imaginário americano da segregação não pode ser simplesmente transportado para cá", contesta José Jorge de Carvalho.

SERVIÇO

O QUILOMBO DO RIO DAS RÃS

De José Jorge de Carvalho, Siglia Zambrotti Doria e Adolfo Neves de Oliveira Jr. Lançamento hoje, às 19h, no Café Belas Artes (SDS). Preço: R\$ 19,00. Promoção: UnB, Livraria Presença e Fundação Palmares.

